

**REVISITANDO O LIVRO DE HISTÓRIA DO 1º ANO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
ATRAVÉS DA LEI 10.639/2003**

Eumar Conde de Queiroz Junior<sup>1</sup>

Flávia Rodrigues Lima da Rocha<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este trabalho é um desdobramento do projeto intitulado “Revisitando o livro de História da Educação Básica através da Lei 10.639/2003”, do Programa Institucional de Iniciação Científica (Pibic), da Universidade Federal do Acre (Ufac). Esta análise torna-se importante uma vez que o livro didático ainda é o recurso mais utilizado nas salas de aula. Tem por objetivo analisar as mudanças sofridas nas obras didáticas em relação à referida lei. A metodologia se deu através de leituras do referencial teórico, baseado, sobretudo, em Bittencourt (2008) e Silva (2011), e de análises da 1ª e 2ª edições do livro em estudo, para identificar conteúdos relacionados à temática africana e afro-brasileira e de que forma os negros estão inseridos nos mesmos. Através dos estudos desenvolvidos e das análises, notou-se que ambas as edições, mesmo possuindo limitações, houve uma maior inserção de conteúdos de história e cultura africana e afro-brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livro didático. Lei 10.639/2003. História.

Este trabalho é um desdobramento do projeto intitulado “Revisitando o livro de História da Educação Básica através da Lei 10.639/2003” do Programa Institucional de Iniciação Científica (Pibic) da Universidade federal do Acre (Ufac).

Com a Lei 10.639/2003 completando 15 anos em 2018 após sua promulgação que veio a modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passando a incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura africana e afro-brasileira", surge a necessidade de demonstrar se algo mudou e, se mudou, de

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de História (Bacharelado) na Universidade Federal do Acre – Ufac.

E-mail: [conde.eumar@gmail.com](mailto:conde.eumar@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora de História da Universidade Federal do Acre. E-mail: [flavia\\_rocha80@hotmail.com](mailto:flavia_rocha80@hotmail.com)

que forma ocorreu essa mudança em relação aos conteúdos didáticos presentes nos livros de História escolhidos pela escola e distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC).

Assim, este trabalho é uma análise comparativa da 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> edição da obra História Sociedade & Cidadania, do 1<sup>o</sup> Ano do Ensino Médio, do autor Alfredo Boulos Júnior, obras estas aprovadas pelas duas últimas edições do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), onde, segundo relatório emitido pelo próprio PNLD, a segunda edição foi a mais requisitada por professores e escolas para serem utilizadas na rede pública nos anos de 2018 a 2020, motivo este que nos levou a escolha da devida obra didática.

O PNLD, segundo o próprio site do Ministério da Educação (MEC), é um programa destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público.

Portanto, a partir de uma análise, nos propomos a fazer uma comparação nas mudanças realizadas de uma edição para a outra, buscando identificar se a Lei 10.639/2003 está sendo cumprida e de que forma os conteúdos da história e cultura africana e afro-brasileira estão sendo inseridos após aprovação da referida lei, verificando as modificações ou manutenção de conteúdos na obra e se esta mudança trouxe uma melhoria ou piorou preconceitos e estereótipos em relação a inserção dos devidos conteúdo.

Esta análise torna-se importante uma vez que o livro didático ainda é o recurso mais utilizado nas salas de aula, justifica-se pelo uso contínuo que é utilizado nas salas de aulas por professores e alunos, e às vezes podendo ser o único material pedagógico disponível aos professores. Segundo Bittencourt (2004), o livro torna-se um instrumento fundamental na própria constituição dos saberes escolares; a autora narra também que o mesmo precisa ser entendido como veículo de um sistema de valores, de ideologias, levando-nos a refletir e analisar estes valores e ideologias presentes nas obras, mesmo que seja de forma oculta ou explícita, já que a mesma autora cita que o livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição e que em sua construção interferem vários personagens.

As obras didáticas podem vir cheios de estereótipos e preconceitos velados ou ocultos por meio de fotos e figuras estereotipadas ou de textos que transformam movimentos de resistência e de luta em movimentos de rebeldia, transformando o escravizado em um simples rebelde. Como narra Bittencourt (2004), os livros didáticos são um tema polêmico, sendo um instrumento a serviço da ideologia dominante.

O negro e sua cultura são esquecidas ou apresentadas de forma inferiorizada, pelo simples fato de nosso ensino privilegiar e criar um currículo totalmente europeizado, onde, segundo Frazão e Ralejo (2014), África, Ásia e América, antes da chegada dos europeus, eram negligenciadas no ensino de História, justamente por estes currículos colocarem a Europa no centro das narrativas.

Com a aprovação da Lei 10.639/2003, não se esperava uma completa mudança do livro didático, mas sim uma melhora na inserção dos conteúdos referentes à história e cultura africana e afro-brasileira, uma vez que a temática pode ser trabalhada em diferentes períodos históricos. Sendo assim, o livro didático, sendo um veículo de ideologias e tendo uma educação eurocêntrica, que o sistema educacional brasileiro possui, pode camuflar práticas racistas e deixar de lado assuntos da referida temática.

Compreendendo que a Lei 10.639/2003 nasce após anos de luta por parte do movimento negro, que buscava o reconhecimento da população negra brasileira e ansiava que suas histórias de lutas fossem retiradas do esquecimento e passassem a ter seu devido lugar de direito na historiografia e o reconhecimento de sua identidade, não sendo apresentados somente como ex-escravizados ou rebeldes, levando também em consideração que, após a sanção da devida lei, todo o currículo de ensino deveria ser transformado para se fazer cumprir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e principalmente as obras didáticas deveriam sofrer mudanças para atender a exigência da lei, assim este trabalho tem por objetivo principal analisar as mudanças sofridas nas obras didáticas de História, do 1º ano do Ensino Médio, e como essas mudanças aconteceram; como o negro e suas lutas passam a ser apresentadas nestas obras pós-lei, analisando as mudanças que o autor traz de uma edição para a outra.

O primeiro objetivo específico deste trabalho é identificar se ainda existem elementos que persistem em reproduzir o racismo na obra didática selecionada, analisando textos e imagens para identificar se os mesmos ainda reproduzem o racismo, ainda que seja de forma oculta ou velada.

Sabe-se que antes da aprovação da Lei 10.639/20013, o negro e os conteúdos africanos e afrodescendentes poucos apareciam nas obras didáticas. Desta forma o segundo objetivo deste trabalho é identificar de que forma o negro é apresentado na obra escolhida, se o mesmo aparece em imagens de forma caricaturada, como rebelde e se é dado destaque aos conteúdos africanos e afro-brasileiros ou se os mesmos são apresentados de forma secundária e marginalizados.

Por fim, o terceiro e último objetivo específico deste trabalho é o de fazer uma comparação das duas edições da obra selecionado, traçando comparações entre as mesmas, identificando se as mudanças ocorreram de forma positiva ou negativa, ou ainda de ambas.

A metodologia aplicada neste trabalho se deu em um primeiro momento pelas leituras, estudos e análises de todo o referencial teórico proposto pelo projeto. Cada texto foi lido individualmente e elaborados resumos, que eram apresentados e discutidos pela equipe nos encontros. Entre agosto de 2017 e janeiro de 2018, foram realizadas dezessete leituras, entre livros e artigos, sendo realizadas destes, quinze resumos e duas resenhas. As resenhas foram feitas das obras *O negro no livro didático de História do Brasil para o Ensino Fundamental II da rede pública Estadual de Ensino, no Recife* da autora Raynette Castello Branco e *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?* da autora Ana Célia da Silva. Textos e resenhas que serviram como orientações para as análises das edições do livro selecionado e de aporte teórico para a elaboração deste trabalho.

O mês de janeiro foi dedicado à elaboração do primeiro relatório semestral e pela busca das obras que foram analisadas neste trabalho. Foi realizada uma visita ao centro de distribuição do livro didático da Secretaria de Educação e Esporte do Estado do Acre (SEE/AC), a fim de melhor compreender o funcionamento deste setor em nosso estado, onde nos foi relatado que cada escola, através de um sistema disponibilizado pelo próprio site do MEC,

fica responsável pela escolha, restando àquele setor apenas a responsabilidade da distribuição do livro didático às escolas.

Em um segundo momento, foi selecionada a obra didática do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), referente aos anos de 2015 – 2017, onde o mais recente, começou a ser usado em 2018 pelas escolas, com validade até 2020. A coleção escolhida para o estudo foi um livro de Ensino Médio, com o título *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, considerando como critério de escolha o fato dela ter sido a mais requisitada em nível nacional pelas escolas.

Com a obra devidamente selecionada, em fevereiro foi realizado o estudo e análise da 1ª edição e em março realizado o da 2ª edição, com o intuito de identificar conteúdos relacionados à temática africana e afrodescendente e de que forma os negros estão inseridos nos mesmos. Ao final das análises nas duas edições, foram realizadas comparações para identificar as mudanças ocorridas de uma edição para a outra e se esta mudança aconteceu de forma positiva ou negativa.

Por fim, entre abril e junho de 2018, foi realizada a escrita do relatório final e a preparação das comunicações a serem apresentadas no seminário Pibic de 2018 desta universidade.

A análise do presente trabalho foi realizada na 1ª e 2ª edição de um manual do professor do 1º ano do Ensino Médio do livro *História Sociedade & Cidadania*, da editora FTD, com sua 1ª edição publicada em 2013 e aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2015 e sua 2ª publicada no ano de 2016, sendo aprovado pelo PNLD de 2018, que em relatório emitido pelo mesmo, consta que a devida obra foi a mais solicitada pelos professores e escolas do país.

O autor da obra, Alfredo Boulos Junior é doutor em Educação (área de concentração: História da Educação), pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), mestre em ciências (área de concentração: História Social), pela Universidade de São Paulo (USP). Lecionou na rede pública, particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de obras didáticas e paradidáticas e assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação em São Paulo.

Em relação à capa do livro, em nenhuma das edições faz-se conotação à temática em estudo. Na 1ª edição é apresentada a imagem da *Dança do Dragão*, que, segundo o autor, trata-se de uma dança chinesa e era realizada para celebrar uma boa colheita no tempo da dinastia Han (202 a.C. – 220 d.C.). Em relação à 2ª edição também não é feita menção a qualquer aspecto relacionado à Lei 10.639/2003, apresentando apenas um aspecto da cultura popular da região Norte/Nordeste do país, onde podemos perceber duas mulheres vestidas com roupas típicas das quadrilhas juninas.

Em relação às atividades propostas, na 1ª edição, no final de cada capítulo, o autor encerra com uma atividade de múltipla escolha e com outras duas atividades, onde ele as denomina de *O texto como fonte* e *A imagem como fonte*, familiarizando o aluno com diferentes gêneros textuais; e na segunda é colocada uma imagem onde os alunos devem interpretar a imagem proposta e responder as questões sobre a mesma. Dentro de cada capítulo, são colocados o que o autor denomina de seções internas, que são: *Para saber mais*, *Para refletir* e o *Dialogando*, seções que fazem um convite à participação oral dos alunos.

Na 2ª edição o autor dividiu as atividades em quatro partes que também buscam sempre influenciar a participação do aluno. O autor explica e orienta os professores a forma de direcionar as atividades, que ele as denomina de *Retomando*, que são questões de múltipla escolha e dissertativas extraídas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), e de diferentes vestibulares do país; *Leitura e escrita em História*, que apresenta uma divisão tripartite: leitura de imagem, leitura e escrita de textos; *Integrando com...*, com o objetivo de dar um passo em direção à adoção de uma perspectiva interdisciplinar, principalmente com Sociologia, Geografia e Filosofia; e a última atividade, denominada de *Você cidadão*, visando estimular o aluno a traçar paralelos entre o passado e o presente.

Relacionando-se à sua metodologia, o autor descreve que quanto ao modo de abordar o passado, devemos evitar o anacronismo<sup>3</sup> e que para conhecer uma determinada sociedade do passado, é necessário colocarmo-nos na pele das pessoas que viveram naqueles tempos. Boulos, pauta-se por alguns referencias teóricos da Nova História, onde, segundo o

---

<sup>3</sup>Consiste em atribuir aos agentes históricos do passado razões ou sentimentos gerados no presente, interpretando-se, assim, a história em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas.

autor, foram incorporados a ação e a fala das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos operários e de outros sujeitos históricos antes relegados ao esquecimento e utilizando também a história social inglesa para compreender episódios decisivos na formação do mundo atual.

Bittencourt (2008) descreve que atualmente as obras didáticas estão repletas de ilustrações que parecem concorrer, em busca de espaço, com os textos escritos. Não muito diferente do que narra Bittencourt, o autor faz a utilização de um vasto acervo de ilustrações, com mapas e figuras. Na 1ª edição o autor fez o uso de 498 figuras e 381 na segunda edição. Diminuição esta que não afetou as imagens relacionadas aos conteúdos da história e cultura africana e afro-brasileira, mas, ao contrário, percebe-se um aumento considerado, na 1ª edição, o autor fez o uso de apenas 29 e na 2ª, 53 imagens relacionadas a esta temática. Em nenhuma das edições o negro aparece nas figuras de forma estigmatizada, caricaturada ou exercendo funções inferiores ou relacionadas à escravidão ao qual foram submetidos.

Em ambas as edições, o autor faz o uso de figuras com personagens negros fora da temática africana e afro-brasileira, podendo citar assim como exemplo a imagem de 8 atletas negros correndo na prova dos 100 metros rasos durante os jogos olímpicos de Londres, em 2012, onde é dado o destaque ao atleta negro da Jamaica, Usain Bolt. Imagem essa que vem vinculada no tópico *Os jogos olímpicos*, pertencente ao capítulo 8 (Cultura, religião e arte grega), unidade III (Democracia: passado e presente), na edição seguinte a figura é substituída pela prova feminina. Outro exemplo é a figura de uma roda de capoeira utilizada nas duas edições, vinculada ao Capítulo 1 (História, tempo e cultura), apenas dando ênfase que a capoeira se tornou patrimônio cultural imaterial do Brasil, deixando de explicar que a mesma é uma herança deixada pelos ex-escravizados e que esta prática foi considerada ilegal e vadiagem, chegando a ser discriminada pela legislação brasileira de 1890.

(Decreto número 847, de 11 de outubro de 1890)

Capítulo XIII -- Dos vadios e capoeiras

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal;

Pena -- de prisão celular por dois a seis meses.

A penalidade é a do art. 96.

Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400.

Na primeira edição, Boulos utiliza muito o uso de figuras soltas nas páginas, não deixando explícita a relação entre a figura com o conteúdo e o tempo histórico que está sendo estudado pelo aluno. Contrariando o que nos afirma Bittencourt sobre este fato

“ver as cenas históricas” era o objetivo fundamental que justificava ou ainda justifica a inclusão de imagens nos livros didáticos em maior número possível, significando que as ilustrações concretizam a noção altamente abstrata de tempo histórico”. (BITTENCOURT, 2008, p.75)

Em relação aos conteúdos de história e cultura africana e afro-brasileira na 1ª edição, no capítulo 2 (Técnicas, tecnologias e vida social), na unidade I (A aventura humana: primeiros tempos), no título *Trajetórias do Homo sapiens* o autor narra em poucas linhas que os primeiros seres humanos surgiram na África e, do continente africano, em um processo que durou dezenas de anos, povoaram os outros continentes, não explanando de forma mais abrangente o povoamento do continente africano.

Na 2ª edição, nota-se pouca mudança neste capítulo, o autor faz a introdução de um novo subtítulo denominado *A valorização das matrizes africana e indígena*, onde aborda sobre a valorização dos bens culturais associados aos indígenas e os africanos, que o autor os denomina de igualmente importantes na formação da sociedade brasileira, conteúdo este que é o único em relação a temática africana e afrodescendentes que foi incrementado na obra, os demais citados na 1ª edição sofreram alterações apenas em algumas figuras.

Na unidade II (Cidades: passado e presente), no capítulo 4 (África antiga: Egito e Núbia), fora o tema, em momento algum o autor descreve a palavra África, deixando o continente completamente apagado durante toda a explanação do conteúdo, deixando de abordar que Egito e Núbia foram importantes civilizações que fizeram parte do continente

africano. No subtítulo da mesma unidade intitulado *Camponeses e escravos* o autor não faz nem um tipo de explicação e comparação da escravidão do período da Antiguidade com a escravidão Moderna, dos negros que foram arrancados de seu continente para serem levados cativos para longe de seu berço de origem. Não há distinção entre estes dois tipos de escravidão, exposta no texto, o que pode trazer grande prejuízo à temática, pela confusão e associação que pode ser feita entre os dois tipos distintos de escravidão. O continente só volta a ser lembrado pelo autor no *Para refletir* deste capítulo, onde é descrito o texto *A importância da história da África e com uma figura de jovens percussionistas em um festival na República Democrática do Congo*.

Na unidade III (Democracia: passado e presente), no capítulo 8 (Cultura, religião e arte grega), o autor novamente faz menção a escravidão antiga, em um texto denominado *A resistência ao Escravismo em Roma*, ele novamente não faz uma comparação ou menção à escravidão negra, deixando assim de fazer uma comparação e detalhar as diferenças entre os dois modelos de escravidão de diferentes temporalidades e contextos históricos, perguntando apenas no fim da página sobre o quilombolismo<sup>4</sup>, que em sua descrição, o autor narra como um movimento de rebeldia e não de resistência e luta contra a escravidão a que eram submetidos os africanos e seus descendentes no Brasil, e, mesmo assim, não relaciona a pergunta ao texto e não relaciona a resistência do negro escravizado com os escravos no mundo romano. O autor perde, assim, a oportunidade de abordar a resistência dos escravizados negros e assim melhor abordar os conteúdos exigidos pela Lei 10.639/2003.

Na unidade IV (Diversidade: o respeito às diferenças), no capítulo 16 (Formações políticas africanas), Boulos trata sobre os impérios africanos, destacando o comércio, reinos, economia e sociedade. Retrata principalmente a cultura de povos africanos e utiliza o uso de diferentes mapas explicativos para demonstrar os impérios e as rotas comerciais que o autor relata na obra.

Na abertura do capítulo 16, na 1ª edição, o autor faz o uso de uma figura, onde segundo a descrição dada por ele, representa uma prática antiga. Na figura, podemos notar um

---

<sup>4</sup> Movimento de rebeldia promovidos por escravizados que resultavam na formação dos quilombos; foram movimentos frequentes e distribuídos por todo o território brasileiro.

casal recém-casado recebendo a benção de um *griot*<sup>5</sup>, que, segundo o mesmo o uso desta imagem é para dar continuidade ao esforço de educadores africanistas e ativistas, para levar a temática africana e afro-brasileira para as salas de aula, mas em momento algum é feita a menção que não é apenas um esforço e sim uma obrigatoriedade da Lei 10.639/2003.

Na 2ª edição o autor inicia o capítulo de mesmo tema (Formações políticas africanas) não mais com a foto do *griot*, e sim com a figura de um mapa das formações políticas africanas entre os séculos XVI a XVIII, onde ao lado do mapa o autor utiliza as figuras de esculturas tradicionais dos países de Gana, Mali, Congo, Benin e Nigéria, com representatividade cultural e religiosa desses países. Nota-se que o autor utilizou uma grande quantidade de fotos de mulheres em trajés tradicionais, dando uma maior visibilidade à mulher africana.

Ainda neste capítulo o autor traz tópicos como *O comércio pelo Saara*, *O império de Gana*, *O império do Mali* e o *Reino do Congo*, onde, em relação às figuras utilizadas, o autor não as deixou isoladas, procurando sempre relacioná-las aos conteúdos e não fez o uso de imagens caricaturadas para representar os negros.

Através dos estudos desenvolvidos e das análises realizadas neste trabalho, notou-se que ambas as edições, mesmo possuindo falhas, possuem uma maior inserção de conteúdos de história e cultura africana e afro-brasileira, que já se encontram como parte integrante dos capítulos, mesmo sendo em poucas linhas e, por vezes de forma isolada. A obra perde a oportunidade de trazer reflexões pertinentes à escravidão e trazer uma reflexão sobre as mazelas deixadas por esse cruel e desumanizador contexto histórico para a população negra.

Levando em consideração o que afirma Janz (2014) a representação é também um jogo de forças, *em que os mais fortes conseguem, de alguma forma, impor as suas impressões*, Boulos poderia ter trago uma maior representação do negro e de suas lutas para serem libertos e o surgimento de uma nova causa, onde deixaram o movimento em busca de liberdade e passaram a lutar por cidadania. Mas entende-se que o processo de promoção de igualdade racial é uma construção e que a escola e seus instrumentos, como o livro didático,

---

<sup>5</sup> Personagem encarregado, entre outros aspectos, de manter vivas a memória e a história do Império do Mali. Preservar e transmitir conhecimentos da história de seu povo/país eram funções de uma modalidade de griots, mas havia também os griots músicos, cantores, recitadores e aqueles que exerciam funções sacerdotais.

são de suma importância para uma sociedade neste processo de transformação de mentalidade e de libertação de uma mentalidade colonizada para uma mentalidade forjada a partir de suas próprias raízes históricas e culturais.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Holien Gonçalves. **O PNLD de História: momentos iniciais.** In: ROCHA, Helenice; et al. (org.). **Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **Livros Didáticos entre textos e imagens.** In: **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2008. (Coleção Repensando o Ensino).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livros e Materiais Didáticos de História.** In: **Ensino de história: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

BRANCO, Raynette Castello. **O negro no livro didático de História do Brasil para o Ensino Fundamental II da rede pública estadual de ensino, no Recife.** 2005. 176f. Trabalho de Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, UFP, Recife, 2005.

Brasil. Ministério da Educação. **PNLD 2015: história: ensino médio.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

Brasil. Ministério da Educação. **PNLD 2018: história – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017. 108 p.

CAIMI, Flavia Eloisa. **O livro didático de História e suas imperfeições: repercussões no PNLD após 20 anos.** In: ROCHA, Helenice; et al. (org.). **Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Política e Economia do Mercado do Livro Didático no Século XXI: globalização, tecnologia e capitalismo na Educação Básica**

Nacional. In: ROCHA, Helenice; et al. (org.). Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

FRAZÃO, Érika Elizabeth Vieira; RALEJO, Adriana Soares. **Narrativas do “outro” no currículo de História:** uma reflexão a partir de livros didáticos. In: MONTEIRO, Ana Maria; et al. (org.). Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

JESUS, Fernando Santos de. **O “negro” no livro didático de História do Ensino Médio e a Lei 10.639/03.** História & Ensino, Londrina, n. 18, n. 1, p. 141-171, jan./jun. 2012.

JUNIOR, Alfredo Boulos. **História Sociedade & Cidadania.** 3º ano. São Paulo: FDT, 2013. (Coleção História Sociedade & Cidadania).

JUNIOR, Alfredo Boulos. **História Sociedade & Cidadania.** 3º ano 2 ed. São Paulo: FDT, 2016. (Coleção História Sociedade & Cidadania).

LIMA, Mônica. **Negra é a raiz da liberdade. Narrativas sobre a escravidão no Brasil em livro didáticos de História.** In: ROCHA, Helenice; et al. (org.). Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

MORAES, Luciene Maciel Stumbo; MORAES, Wallace dos Santos. **A Revolta dos Malês nos Livros Didáticos de História e a Lei 10.639/2003:** uma análise a partir da “Epistemologia Social Escolar”. In: MONTEIRO, Ana Maria; et al. (org.). Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação.** In: MONTEIRO, Ana Maria; et al. (org.). Ensino de História: sujeito, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2007.

ROCHA, Helenice. **Livro Didático de História em Análise:** a força da tradição e transformações possíveis. In: ROCHA, Helenice; et al. (org.). Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SÁ, Wellington Santana Moraes de. **A Presença do Negro no Livro de História do Ensino Fundamental:** uma primeira análise. 2010. 31f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, São Gonçalo, 2010.

SILVA, Ana Célia. **A Representação Social do Negro no Livro Didático:** o que mudou? Por que mudou?. Salvador: EDUFBA, 2011.



---

Revista

# Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

v. 2, n. 1, (Ago - Jan) 2019

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **O livro didático como política pública: perspectivas históricas.** In: ROCHA, Helenice; et al. (org.). Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo Discursivo e Avaliações do Programa Nacional de Livros Didáticos.** InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 12, n. 24, p. 6-29, jul.-dez./2006.

VELASCO, Diego Bruno; BARCELLOS, Vitor Andrade. **Demandas do tempo presente e sentidos de cidadania:** redefinições e deslocamentos no currículo de História. In: MONTEIRO, Ana Maria; et al. (org.). Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

JANZ, R.C. Dez anos da lei 10.639/03: o que mudou nos livros didáticos de História? – Uma proposta de análise. In: XV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 13, 2014, Florianópolis. Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”. Florianópolis: ANPUH-SC, 2014. Disponível em: <<http://www.encontro2014.sc.anpuh.org>> acessado em 09 de jun.2018

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 3 maio. 2018.